

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A DINÂMICA DA TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL: IMPACTOS DAS
REFORMAS ECONÔMICAS DOS ANOS NOVENTA.

Renato Landim de Vasconcellos

No. de matrícula: 0811116

Orientador: José Márcio Camargo

Dezembro de 2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A DINÂMICA DA TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL: IMPACTOS DAS
REFORMAS ECONÔMICAS DOS ANOS NOVENTA.

Renato Landim de Vasconcellos

No. de matrícula: 0811116

Orientador: José Márcio Camargo

Dezembro de 2012

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Renato Landim de Vasconcellos

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

“Quem se preocupa sinceramente com os pobres deve buscar, obsessivamente, elevar a demanda de mão-de-obra através de medidas como: 1) A privatização de empresas estatais, pois o governo falido perdeu a capacidade de investir; 2) A eliminação de restrições ao capital estrangeiro, que geraria empregos e traria tecnologia; 3) A diminuição dos encargos sociais e burocráticos, que oneram o custo da contratação.” Roberto Campos, 1999

Aos meus pais e meu irmão, pelo apoio e carinho incondicionais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. ESTABILIZAÇÃO DA INFLAÇÃO.....	10
3. ABERTURA ECONÔMICA E PRIVATIZAÇÕES.....	13
3.1. MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA E CONCORRÊNCIA	14
3.2. INFRA-ESTRUTURA E AS PRIVATIZAÇÕES	27
4. CONCLUSÕES	32
5. BIBLIOGRAFIA	34

SUMÁRIO DE TABELAS E FIGURAS

Figuras

Figura 1 - Taxa de inflação mensal (%)

Figura 2 - Taxa de desemprego (%)

Figura 3- Participação das importações de bens e serviços no PIB

Figura 4 - Pessoal ocupado na indústria ligado à produção

Figura 5- Rendimento médio real dos homens ocupados: 1985-2011

Figura 6- Emprego na indústria 1991-94

Figura 7- Emprego no comércio 1991-94

Figura 8- Emprego nos serviços 1991-94

Figura 9- Emprego na indústria 1994-97

Figura 10- Emprego nos serviços 1994-97

Figura 11- Emprego no comércio 1994-97

Figura 12 - Homens ocupados por anos de estudo

Tabelas

Tabela 1 - Taxa de desemprego por escolaridade (%) – PNAD

Tabela 2- Taxa de desemprego por qualificação e faixa etária – PNAD

Tabela 3- Participação no total de gastos com os rendimentos do trabalho principal (%)
por nível de qualificação

Tabela 4- Necessidade de financiamento das empresas estatais (% do PIB)

Tabela 5- dívida líquida do setor público (uS\$ milhões constantes de 31/12/1994)

1. INTRODUÇÃO

A evolução da taxa de desemprego no Brasil apresenta trajetória notavelmente descendente desde seu momento de pico no ano de 2003 e, a despeito das condições adversas na economia mundial, continua atingindo patamares cada vez mais baixos. Este projeto pretende identificar as reais causas de tal movimento, através de uma análise das mudanças no cenário econômico brasileiro e de uma observação detalhada acerca da composição da força de trabalho do país ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000.

No final dos anos oitenta o Brasil tinha uma das economias mais fechadas do mundo, e com elevado grau de estatização em diversas esferas – frutos do regime militar e seus predecessores, com políticas de substituição de importações e criação de empresas estatais. Os efeitos destas políticas já foram amplamente estudados, e é notória a baixa eficiência das companhias controladas pelo governo¹. A produtividade do setor privado, embora substancialmente mais elevada, também ficava muito aquém da indústria estrangeira, uma vez que as restrições à entrada de tecnologias de produção mais avançadas privavam as empresas brasileiras dos meios necessários para o ganho de eficiência, e as restrições à competição internacional reduziam os incentivos para tal. Como as companhias estatais eram responsáveis por grande parte dos serviços de infraestrutura no país, a falta de recursos para investimentos – decorrente da situação fiscal deteriorada do governo – representou um entrave considerável ao avanço tecnológico e contribuiu para a baixa produtividade da economia como um todo. Não obstante a recorrência desses problemas, o cenário mudaria drasticamente na década seguinte.

Iniciado em 1990, o governo Fernando Collor teve como principal lema a falência do projeto desenvolvimentista como motor do crescimento. Durante seu breve mandato, e ao longo de toda a década, foram implementadas diversas medidas no sentido de reverter a estatização da economia e promover sua abertura aos mercados internacionais, tendo início uma série de privatizações que afetou profundamente o setor

¹ “Em 1989, por exemplo, a rentabilidade sobre o patrimônio das maiores empresas estatais brasileiras foi de 3,1%, para as empresas privadas nacionais de 11,4% e para as multinacionais de 18,8%.” PINHEIRO, A.C.; GIAMBIAGI, F. (1992) “*As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor*”.

produtivo nacional. A importação de novas tecnologias promoveu um enorme ganho de eficiência nas empresas brasileiras, e a competição estrangeira eliminou aquelas que não foram capazes de se adaptar. Neste processo, observou-se uma grande modernização nos setores beneficiados pela importação de bens de capital, bem como uma onda de falências daqueles que não tinham vantagens comparativas e só existiam devido ao protecionismo estatal. Desta forma, podemos constatar que as mudanças econômicas surtiram efeitos distintos na indústria nacional, levando ao crescimento de algumas empresas e ao encolhimento (às vezes até ao desaparecimento) de outras. Analogamente, o mercado de trabalho foi afetado de forma dúbia e, para compreendermos propriamente o efeito líquido de tais mudanças, faz-se necessária uma observação cuidadosa das diferentes formas pelas quais elas impactaram a evolução do emprego no país.

A renovação da estrutura produtiva e a incorporação de novas tecnologias alteraram expressivamente a demanda por mão-de-obra no Brasil. Essas mudanças levaram à extinção muitas ocupações tradicionais no país, e com esse movimento, muitos profissionais se tornaram obsoletos, uma vez que seu capital humano específico já não tinha mais valor. O processo de requalificação de trabalhadores, além de demorado, é extremamente custoso, de forma que a oferta é mais inflexível e tende a se ajustar mais lentamente do que a demanda no mercado de trabalho. As privatizações também tiveram um efeito direto sobre a demanda por mão-de-obra, uma vez que as empresas estatais muitas vezes empregam um número excessivo de funcionários². Simultaneamente, a modernização da indústria também teve como consequência a criação de novas ocupações, em geral voltadas para profissionais com nível razoável de qualificação. As evidências indicam ainda que o progresso tecnológico beneficiou os trabalhadores qualificados das gerações mais novas³, sugerindo que esse grupo teve acesso a uma formação capaz de suprir as novas demandas do mercado. Assim sendo,

² “As estatais muitas vezes têm um número excessivo de empregados, especialmente em serviços de administração – a reestruturação das siderúrgicas estatais em 1990, por exemplo, levou a uma redução de 6% em seu quadro de pessoal; no caso da CSN, Açominas e Cosipa, o total de empregados caiu de 58.807 em 1989 para 43.016 no primeiro semestre de 1992, enquanto a produção diária de aço bruto aumentou 5% .” PINHEIRO, A.C.; GIAMBIAGI, F. (1992) “*As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor*”.

³ REIS, M. C.. “*Mudanças no desemprego por nível de qualificação durante a década de noventa no Brasil*”. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Economia, 2004 (Tese de Doutorado).

os trabalhadores de baixa qualificação, bem como os qualificados de gerações mais velhas, foram mais afetados pelo desemprego, e formavam um contingente de profissionais que, embora desocupado, não tinha as qualificações necessárias para atender à demanda existente. Mesmo havendo evidências de que a educação técnica profissionalizante tenha efeitos positivos sobre os trabalhadores⁴, apenas a incorporação de uma nova geração mais qualificada ao mercado de trabalho seria capaz de suprir devidamente a demanda por mão de obra criada pela modernização da indústria brasileira.

A década de noventa foi um período turbulento em muitos sentidos. Após os dois anos iniciais de recessão e desemprego, a economia entrou em uma trajetória de crescimento, que se intensificou com o Plano Real em junho de 1994 e foi interrompida pela crise asiática e seus desdobramentos, em 1998. Embora o desemprego tenha caído nos anos de expansão econômica, para o setor industrial o indicador se manteve subindo, sendo compensado pelo emprego crescente nos serviços e no comércio, até 1997, quando o fenômeno não mais se observou⁵. Parece bastante razoável supor que os setores produtores de *tradables* são mais suscetíveis à competição externa. Portanto, é apropriado que consideremos o movimento do desemprego industrial como uma boa evidência do impacto gerado pelo advento da abertura econômica no mercado de trabalho ao longo dos anos noventa.

Diante de tais colocações, podemos concluir que a obsolescência de trabalhadores gerada pelas mudanças descritas foi, em um primeiro momento, superior às novas contratações. Como a indústria brasileira tinha um grande atraso tecnológico, o súbito acesso às inovações promoveu uma modernização produtiva muito rápida, impondo um ritmo acelerado à obsolescência de trabalhadores. Por outro lado, todas as dificuldades naturais da requalificação profissional tornaram lento o processo de adaptação da força de trabalho às novas exigências do mercado⁶. A superposição dos dois efeitos nos indica

⁴ AGUAS, Marina F.F. (2011). “*Ensino Profissional e Rendimentos do Trabalho: Uma Análise para o Brasil*”

⁵ NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício (2000). “*Mercado de trabalho nos anos 90: Fatos estilizados e interpretações*”

⁶ É relevante aqui a observação de que a probabilidade de saída do desemprego declina com a idade, conforme identificado por BARROS, R.P.; CAMARGO, J.M.; MENDONÇA, R. (1997). “*A estrutura do desemprego no Brasil*”.

um efeito líquido que começa com desemprego crescente e vai se suavizando, até o ponto em que a geração mais atingida envelhecer e sair da PEA, tornando a entrada de novos membros com as qualificações exigidas maior do que o fluxo de saída. Este trabalho busca expor evidências da hipótese de que o ponto de inflexão deste processo foi atingido no ano de 2003.

2. ESTABILIZAÇÃO DA INFLAÇÃO

Os anos noventa foram palco de inúmeras mudanças políticas e econômicas no Brasil. Para uma análise sobre a trajetória do desemprego, é indispensável que consideremos os efeitos dos principais eventos ocorridos neste período, dentre os quais figura, sem dúvidas, o controle da inflação através do Plano Real.

De acordo com a literatura econômica, as instituições do mercado de trabalho tendem a evitar cortes no salário nominal, mesmo quando há elevado desemprego. Uma implicação importante da hipótese de rigidez para baixo é que a inflação pode facilitar os ajustes desse mercado ao promover uma redução no salário real e, assim, aumentar a eficiência dos ajustes no mercado de trabalho⁷. Desta forma, conforme observado por Reis e Camargo (2007), “a maior rigidez salarial proporcionada pela estabilização da inflação pode ser um fator importante para explicar o aumento da taxa de desemprego, mesmo na ausência de choques negativos”. Card e Hyslop (1996) encontram evidências neste sentido para o mercado de trabalho dos Estados Unidos, indicando que com a alta inflação do fim da década de 70, de 6% a 10% dos trabalhadores que mantinham o emprego reportavam o mesmo salário do ano anterior; enquanto em meados dos anos 80, com a inflação controlada, essa razão cresceu para 15%. O advento do Plano Real em 1994 reduziu a flexibilidade do mecanismo de ajuste via redução de salários reais no mercado de trabalho brasileiro e, assim, contribuiu para o aumento da taxa de desemprego agregada, efeito confirmado por estudos já existentes.⁸

Grande parte da baixa flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro é devida à dificuldade de se estabelecerem contratos trabalhistas diferentes daquelas previstas da legislação — a evolução de indicadores de desemprego e rendimento indica que a variação nos salários é, de fato, sensível a mudanças na taxa de desemprego no Brasil⁹.

⁷ Essa hipótese é explicitada em TOBIN, J. (1972). “**Inflation and unemployment**”. American Economic Review 62, p.1-18.

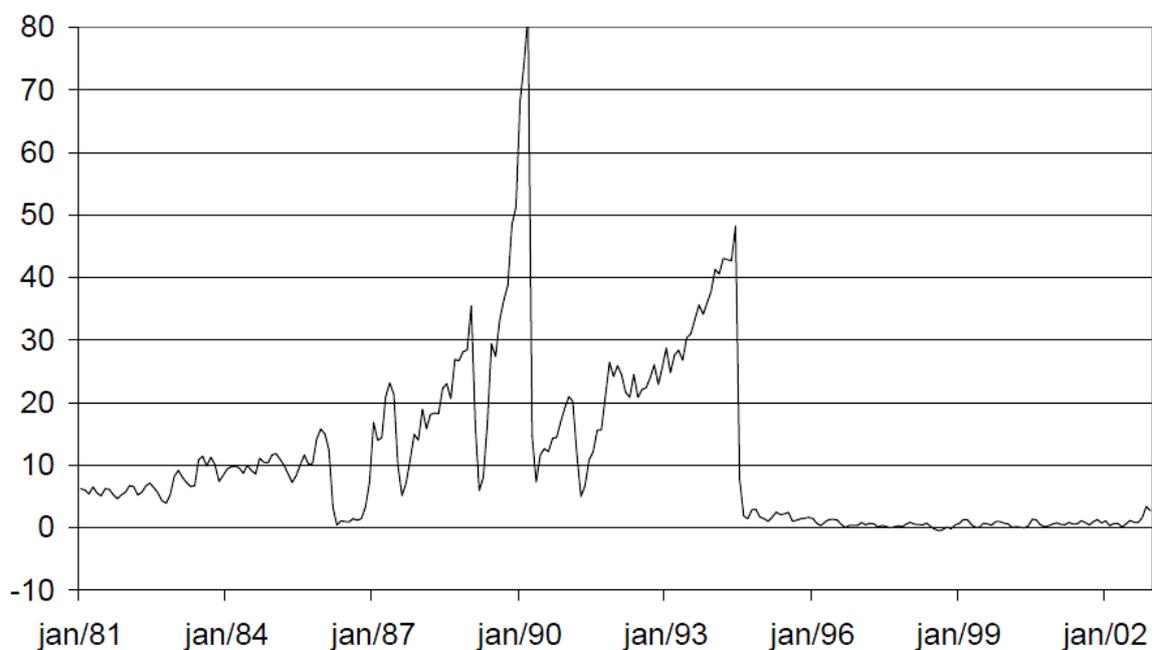
⁸ Ver REIS, M.C. e CAMARGO, J.M. (2007). “**Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação**”. Revista Brasileira de Economia, v.61 n.4, p.493-518. Ver também Card, D., and D. Hyslop. 1996. “**Does Inflation ‘Grease the Wheels of the Labor Market’?**” NBER Working Paper 5538. National Bureau of Economic Research.

⁹ Conforme observado em GIAMBIAGI, F. e BARROS, O. (Org.). “**Brasil pós-crise: Agenda para a próxima década**”. Elsevier, p.234.

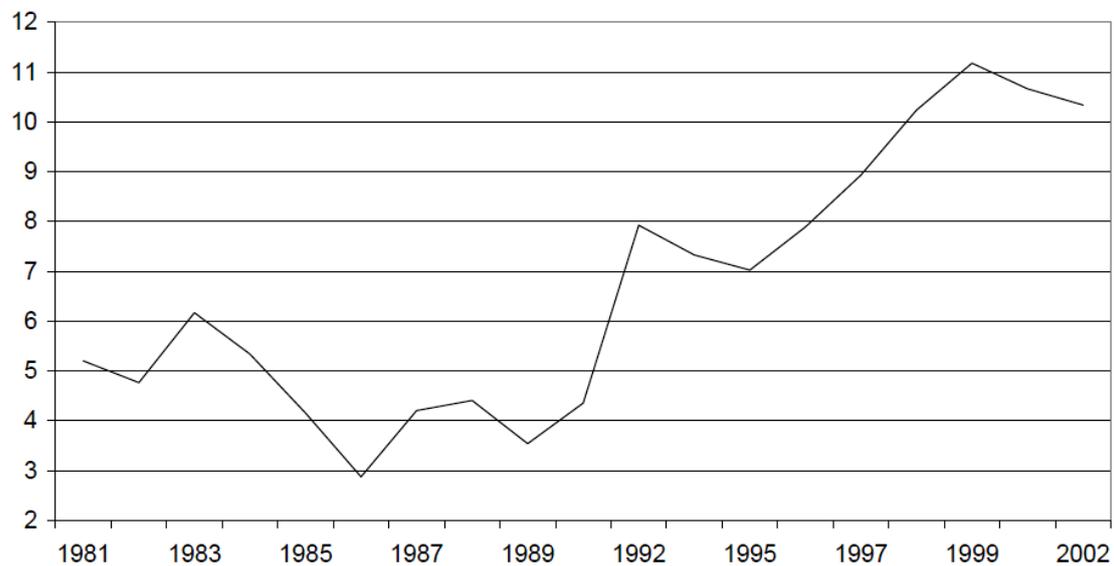
Até o Plano Real, a inflação elevada proporcionava flexibilidade ainda maior aos rendimentos reais, permitindo ao mercado adequar sua variação à situação do emprego, mesmo quando os reajustes nos salários nominais eram mais expressivos.

Como mostra a Figura 1, o Plano Real efetivamente controlou a inflação, reduzindo abruptamente seu nível e estabilizando o nível de preços. Em contrapartida, a taxa de desemprego manteve trajetória crescente ao longo de quase toda a década de noventa (ver Figura 2). Há, entretanto, uma clara aceleração neste movimento após o ano de 1994. A estabilização da inflação gerou inúmeros benefícios para toda a economia, tornando a evolução dos preços mais previsíveis e reduzindo os custos de prevenção contra flutuações mais intensas. A qualidade das decisões das empresas de contratar ou demitir funcionários certamente aumentou com a maior previsibilidade da economia, mas a capacidade de ajuste dos rendimentos reais parece ter ficado, de fato, mais limitada. Desta forma, podemos considerar que a inflação observada no período anterior ao Plano Real desempenhou um papel de “lubrificante” nas engrenagens do mercado de trabalho brasileiro.

Figura 1 - Taxa de inflação mensal (%) – INPC



Fonte: IBGE

Figura 2 - Taxa de desemprego (%)

Fonte: PNAD. Na amostra estão incluídos indivíduos entre 18 e 59 anos, residentes nas áreas urbanas
Elaborado por Reis e Camargo (2007)

3. ABERTURA ECONÔMICA E PRIVATIZAÇÕES

O aumento da taxa de desemprego nos anos noventa também se deve, em larga medida, aos efeitos da modernização da economia brasileira, ocorrida em conseqüência da abertura econômica do Brasil à concorrência internacional e das privatizações, que tiveram início em 1990 e se prolongaram por toda a década que se seguiu.

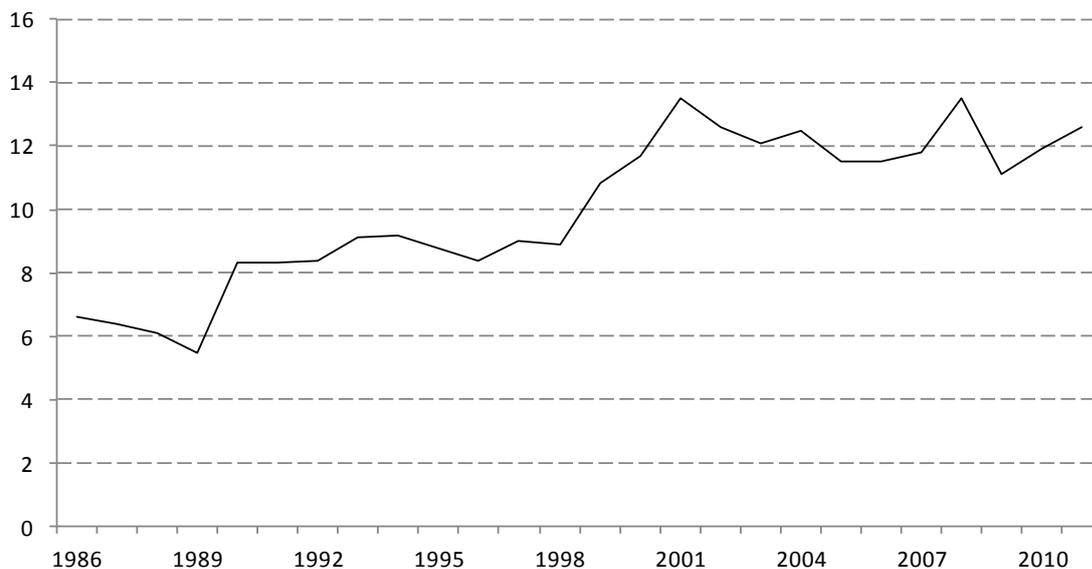
Desde o período pós-guerra, a industrialização brasileira se deu com a participação direta do Estado na criação da infraestrutura e em alguns setores considerados prioritários, além de contar sempre com elevado grau de protecionismo que favorecia a indústria nacional por meio de tarifas e vários tipos de barreiras não alfandegárias. No final dos anos oitenta o Brasil tinha uma das economias mais fechadas do mundo, e com elevado grau de estatização em diversas esferas. Entre 1950 e 1980, a economia brasileira teve um desempenho vigoroso, apresentando taxas médias de crescimento acima de 7% ao ano. Essa expansão teve períodos de pico – como no chamado milagre econômico (1967-1973) – quase sempre impulsionados pelo aumento da participação do governo na economia através de estímulos a determinados setores, crédito subsidiado, investimentos das empresas estatais, desvalorizações cambiais e medidas protecionistas. Os efeitos destas políticas já foram amplamente estudados, e além dos altos custos que representaram para os cofres públicos, é notória a baixa eficiência das companhias controladas pelo governo: de acordo com Pinheiro e Giambiagi (1992), a rentabilidade sobre o patrimônio das maiores empresas estatais brasileiras foi de 3,1% em 1989, enquanto que para as empresas privadas nacionais foi de 11,4%, e para as multinacionais de 18,8%. A produtividade do setor privado, embora substancialmente mais elevada, também ficava muito aquém da indústria estrangeira, pois as restrições à entrada de tecnologias de produção mais avançadas privavam as empresas brasileiras dos meios necessários para o ganho de eficiência, e os obstáculos impostos à competição internacional reduziavam os incentivos para tal. Como as companhias estatais eram responsáveis por grande parte dos serviços de infraestrutura no país, a falta de recursos para investimentos – decorrente da deterioração da situação fiscal do governo – representou um entrave considerável ao avanço tecnológico e também contribuiu para a baixa produtividade da economia como um todo. A tentativa do governo de realizar verdadeiros milagres na economia durante as décadas anteriores

gerou sérios desequilíbrios econômicos no país, tornando-se claro, assim, o esgotamento daquele modelo de crescimento.

3.1. MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA E CONCORRÊNCIA

No início da década de noventa, a partir do breve mandato de Fernando Collor, foram implementadas diversas reformas que rompiam com o modelo de crescimento utilizado até então, ao reverter a estatização da economia e promover sua abertura aos mercados internacionais, tendo início uma série de mudanças que afetaram profundamente o setor produtivo nacional. A importação de novas tecnologias promoveu um enorme ganho de eficiência nas empresas brasileiras, e a competição estrangeira eliminou aquelas que não foram capazes de se adaptar. Neste processo, observou-se uma grande modernização nos setores beneficiados pela importação de bens de capital, bem como uma onda de falências daqueles que não tinham vantagens comparativas e só existiam devido ao protecionismo estatal. Segundo dados do IBGE, a participação da importação de bens e serviços no PIB (Produto Interno Bruto) passou de 5,5% em 1989 para 8,3% em 1990 – e manteve trajetória ascendente a partir de então, conforme mostra a Figura 3. Desta forma, podemos constatar que a abertura teve conseqüências expressivas e duradouras sobre a economia e surtiu efeitos distintos na indústria nacional, levando algumas empresas a prosperar com a incorporação de novas tecnologias, enquanto outras padeceram com a maior concorrência. Esta foi, portanto, a disparidade das implicações da abertura sobre o setor produtivo brasileiro: algumas firmas cresceram e outras encolheram (no limite, desaparecendo).

Analogamente, o mercado de trabalho foi afetado de forma dúbia: se por um lado as inovações tecnológicas e a necessidade de ganhos de competitividade por parte das empresas levaram muitos trabalhadores ao desemprego, por outro lado as firmas passaram a demandar mais funcionários capacitados para trabalhar com as novas tecnologias de produção. Esses dois efeitos encontram respaldo empírico na observação das taxas de desemprego divididas por nível de qualificação, que evoluíram de forma claramente distinta ao longo da década de noventa, conforme explicitado pela Tabela 1.

Figura 3 – Participação das importações de bens e serviços no PIB

Fonte: IBGE

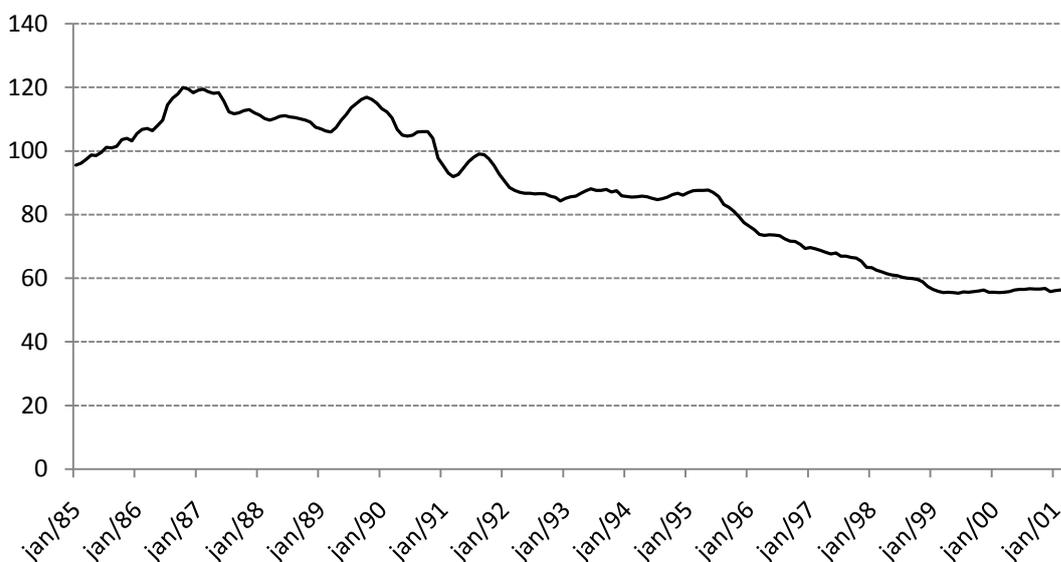
Elaboração do autor

O aspecto crucial dessa análise vem da observação de que, concomitantemente à destruição de postos de trabalho, ocorreu também a criação de novos cargos. O efeito líquido desses dois movimentos sobre a quantidade total de empregos disponíveis foge ao escopo do estudo, uma vez que o problema aqui abordado não surgia da insuficiência quantitativa de postos de trabalho, mas do descasamento qualitativo entre demanda e oferta de mão-de-obra. Como observam Barros, Camargo e Mendonça (1997), àquela época o problema de geração de empregos no Brasil parecia estar menos relacionado com a quantidade de trabalho gerados e mais com a qualidade desses.

A destruição de empregos se deu em parte pela obsolescência de muitas ocupações, mas também, cabe lembrar, pelo aumento da concorrência a empresas e setores que até então contavam com alto grau de protecionismo via tarifas, restrições às importações, e outros subterfúgios comerciais que contribuía para a reserva de mercado aos beneficiados por essas políticas. O ganho de eficiência que – conforme já se expunha na literatura econômica clássica – surge naturalmente do aumento da concorrência, promoveu uma melhora estrutural no setor produtivo do país. O fato de que a evolução do desemprego a partir de então foi pautada pelo descasamento

qualitativo entre demanda e oferta de trabalho é corroborado por evidências do aumento da demanda relativa por mão-de-obra qualificada, e exprime a inadequação qualitativa da força de trabalho então disponível no país às novas demandas da indústria. Usando os anos de estudo como *proxy* para o nível de qualificação dos trabalhadores, observamos que o desemprego cresceu de forma muito mais acentuada para os menos qualificados (ver Tabela 1). Enquanto a taxa aumentou em 4,34 pontos percentuais, de 90 a 99, para os qualificados (com 11 ou mais anos de estudo), a variação para os grupos com até três anos de estudo foi superior a 6 pontos percentuais. Na década imediatamente anterior, o desemprego total se comportou de forma muito distinta, apresentando uma retração apenas marginal. Ao observarmos cada grupo de qualificação separadamente, podemos notar que o recuo da taxa de desemprego foi mais acentuado para os indivíduos com menos anos de estudo, mas a disparidade ainda foi muito inferior à ocorrida de 1990 a 1999. Assim, a evolução relativa do desemprego entre as faixas de qualificação indicam que houve, de fato, uma alteração na demanda por mão-de-obra ao longo dos anos noventa, com profissionais com mais de 11 anos de estudo passando a ser mais requisitados pelas empresas, em detrimento dos menos qualificados.

Figura 4 - Pessoal ocupado na indústria ligado à produção



Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal
 Elaboração do autor
 Dados relativos à Região Metropolitana de São Paulo

Tabela 1 – Taxa de desemprego por escolaridade (%)

Ano	Nenhum ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 7 anos	Entre 8 e 10 anos	11 anos ou mais	Total
1981	2,94	3,62	3,53	3,64	2,42	3,24
1982	2,53	2,83	3,51	3,49	2,15	2,93
1983	3,55	3,98	4,68	5,03	3,27	4,10
1984	2,98	2,97	3,90	3,79	2,56	3,27
1985	1,77	2,53	3,01	3,34	2,17	2,59
1986	1,31	1,60	1,94	2,17	1,65	1,76
1987	2,15	2,62	3,09	3,21	2,24	2,69
1988	2,42	3,07	3,01	3,89	2,29	2,86
1989	2,19	2,44	2,81	3,06	1,74	2,41
1990	2,55	2,92	3,32	4,11	2,33	2,99
1992	6,01	5,90	6,11	7,02	4,59	5,76
1993	5,20	5,47	5,96	6,48	4,00	5,31
1995	5,78	5,47	5,44	6,36	4,00	5,18
1996	6,91	6,52	6,69	6,72	4,48	6,02
1997	7,38	7,07	7,35	8,00	5,20	6,73
1998	7,76	8,06	8,26	8,92	5,84	7,50
1999	9,03	9,27	8,97	9,67	6,67	8,35
Diferença entre 90 e 81	-0,39 (0.23)	-0,70 (0.22)	-0,22 (0.17)	0,47 (0.29)	-0,09 (0.16)	-0,25 (0.09)
Diferença entre 99 e 90	6,48 (0.36)	6,35 (0.32)	5,65 (0.21)	5,56 (0.32)	4,34 (0.17)	5,36 (0.11)

Fonte: IBGE – PNAD

A renovação da estrutura produtiva e a incorporação de novas tecnologias promoveram enormes ganhos de eficiência às indústrias nacionais, parte dos quais foi propiciada pela redução da necessidade de mão-de-obra. A substituição eficiente de homens por máquinas extinguiu repentinamente muitas ocupações tradicionais no país, levando ao desemprego profissionais que haviam acumulado capital humano para desempenhar essas funções. Esse capital humano específico perdeu seu valor no mercado de trabalho e toda essa fração da força de trabalho tornou-se obsoleta. O processo de requalificação de trabalhadores, além de demorado, é extremamente custoso, o que torna a oferta de mão-de-obra mais inflexível do que sua demanda.

A dificuldade natural do ajuste da oferta promove um descolamento entre os dois lados do mercado de trabalho, gerando um aumento do desemprego que persiste até que a situação se equilibre novamente – com a adaptação dos trabalhadores que compõem a população economicamente ativa, ou com a entrada de novos indivíduos nesse grupo. A

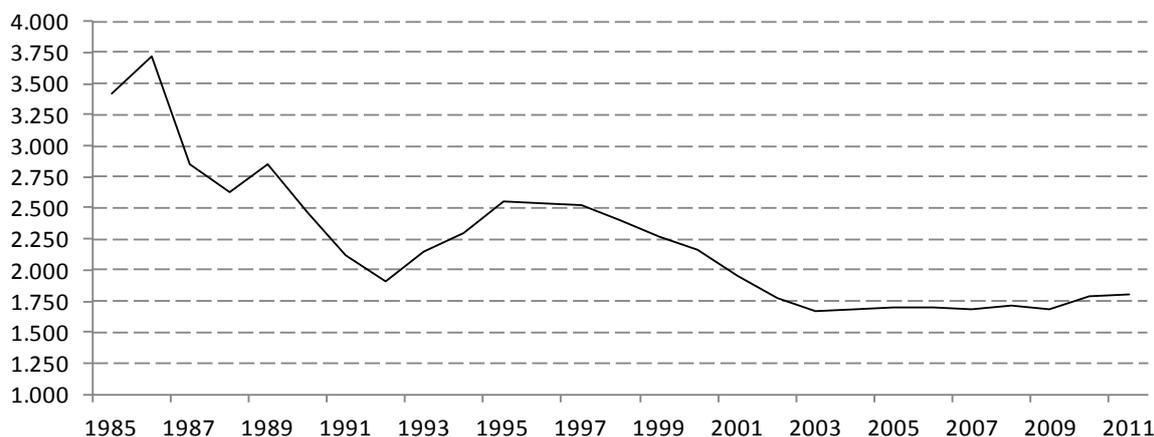
literatura econômica apresenta evidências da contribuição do chamado *skill mismatch* para o aumento do desemprego em outras ocasiões. As verificações empíricas, de modo geral, indicam que esse desequilíbrio entre os dois lados do mercado de trabalho, tende de fato a restringir o emprego relativo das camadas menos qualificadas da força de trabalho. Layard et alii (1991) constatam que a alteração na demanda por mão-de-obra qualificada nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) explicou 19% da elevação na taxa de desemprego total durante os anos setenta e oitenta. Observando separadamente os grupos divididos de acordo com o nível de instrução dos trabalhadores, o estudo indica que a essa alteração reduziu o desemprego dos indivíduos qualificados em 0,07 pontos percentuais, enquanto aumentou em 2,95 pontos percentuais a taxa de desemprego dos não qualificados. Manacorda e Petrongolo (1999) também apontam a ocorrência de fenômeno similar durante as décadas de setenta, oitenta e noventa nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde o *skill mismatch* contribuiu substancialmente para o aumento do desemprego total e do desemprego dos não qualificados

A obsolescência de parte da força de trabalho gerou uma situação particular, onde observam-se, concomitantemente, uma elevada taxa de desemprego e a demanda por profissionais na indústria. Uma forte evidência para esta hipótese de *skill mismatch* surge através da observação da evolução dos rendimentos médios reais da população ocupada a partir do início dos anos noventa. O indicador, que apresentava trajetória descendente, passa a ter uma elevação bastante expressiva que vai se abrandando até atingir a estabilidade no ano de 2003. A Figura 5 mostra claramente o movimento descrito, através de dados da região metropolitana de São Paulo para os homens ocupados (a tendência se verifica de forma praticamente idêntica para a população ocupada total, mas cabe restringirmos a amostra aos homens, uma vez que a oferta de mão-de-obra feminina pode apresentar componentes conjunturais relevantes, especialmente em períodos recessivos, devido ao efeito trabalhador adicional).

Simultaneamente, a modernização da indústria também teve como consequência a criação de novas ocupações, em geral voltadas para profissionais com nível razoável de qualificação. As evidências indicam ainda que o progresso tecnológico beneficiou os

trabalhadores qualificados das gerações mais novas¹⁰, sugerindo que esse grupo teve acesso a uma formação capaz de suprir as novas demandas do mercado. Assim sendo, os trabalhadores de baixa qualificação, bem como os qualificados de gerações mais velhas, foram mais afetados pelo desemprego, e formavam um contingente de profissionais que, embora desocupado, não tinha as qualificações necessárias para atender à demanda existente. Mesmo havendo evidências de que a educação técnica profissionalizante tenha efeitos positivos sobre os trabalhadores¹¹, apenas a incorporação de uma nova geração mais qualificada ao mercado de trabalho seria capaz de suprir devidamente a demanda por mão de obra criada pela modernização da indústria brasileira.

Figura 5 - Rendimento médio real dos homens ocupados, por sexo: 1985-2011



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Valores em R\$ de novembro de 2011
Dados da Região Metropolitana de São Paulo

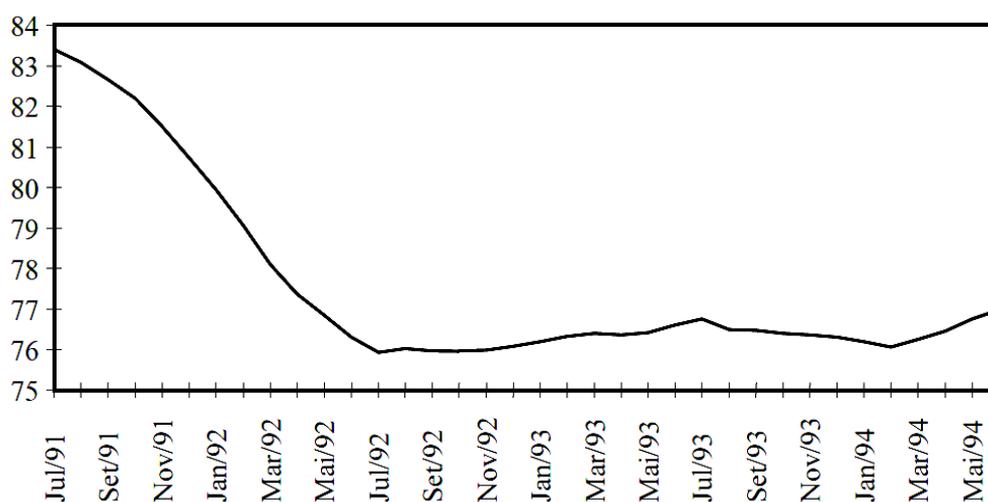
Após os dois anos iniciais de recessão da década de noventa, a economia entrou em uma trajetória de crescimento que se intensificou com o Plano Real em junho de

¹⁰(Ver Tabela 2) REIS, M. C.. “*Mudanças no desemprego por nível de qualificação durante a década de noventa no Brasil*”. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Economia, 2004 (Tese de Doutorado).

¹¹ AGUAS, Marina F.F. (2011). “*Ensino Profissional e Rendimentos do Trabalho: Uma Análise para o Brasil*”

1994 e foi interrompida pela crise asiática e seus desdobramentos, em 1998. Embora o desemprego tenha caído nos anos de expansão econômica, é importante notar que para o setor industrial em particular, o indicador se manteve subindo, sendo compensado pelo emprego crescente no setor de serviços e no de comércio, até 1997 quando o fenômeno não mais se observou (as figuras de 6 a 11 mostram essa discrepância da evolução do desemprego industrial com os setores de serviços e comércio)¹². Como os setores produtores de *tradables* são mais suscetíveis à competição externa, o movimento do desemprego industrial se apresenta como uma boa evidência do impacto gerado pelos eventos destacados (abertura econômica e processo de privatizações) no mercado de trabalho ao longo dos anos noventa. Além disso, a indústria é naturalmente mais beneficiada por inovações tecnológicas e, portanto, mais sensível aos choques aqui descritos e que se desdobraram na economia brasileira neste período. A afirmação é confirmada através da observação evolução da taxa de desemprego por setor de atividade nos anos noventa: a queda sistemática do emprego industrial era um sinal de que o desemprego aberto tinha um efeito estrutural importante, conforme indicado por Neri, Camargo e Reis (2000).

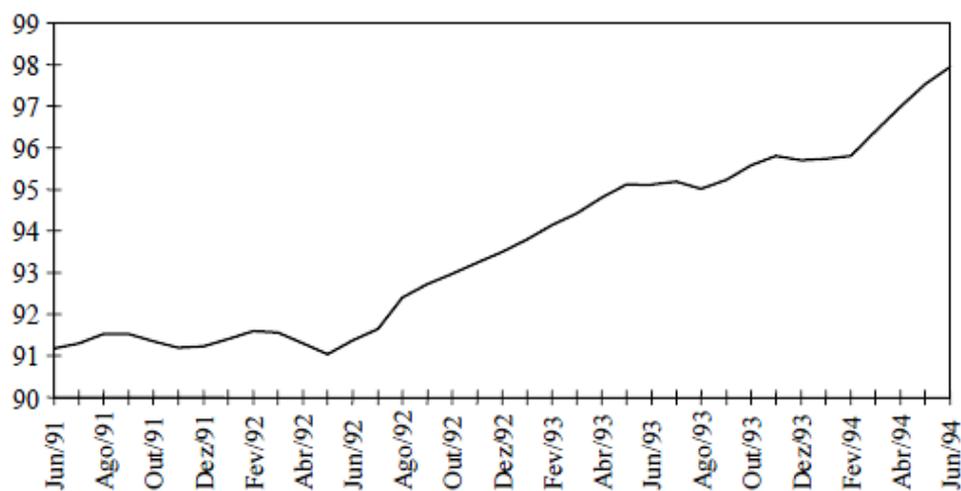
Figura 6 – Emprego na indústria entre 1991-94



Fonte: PME

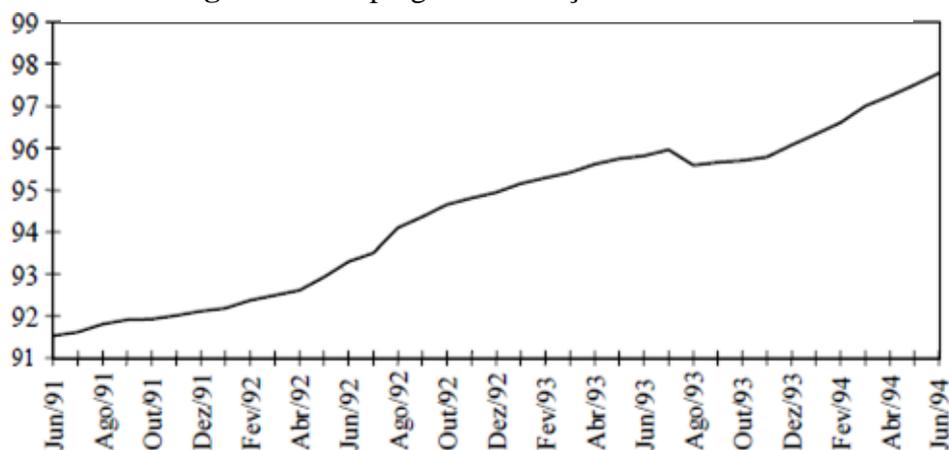
Média móvel centrada de 12 meses – Base: Jun/90=100

¹² NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício (2000). “*Mercado de trabalho nos anos 90: Fatos estilizados e interpretações*”

Figura 7 – Emprego no comércio entre 1991-94

Fonte: PME

Média móvel centrada de 12 meses – Base: Jun/90=100

Figura 8 – Emprego nos serviços entre 1991-94

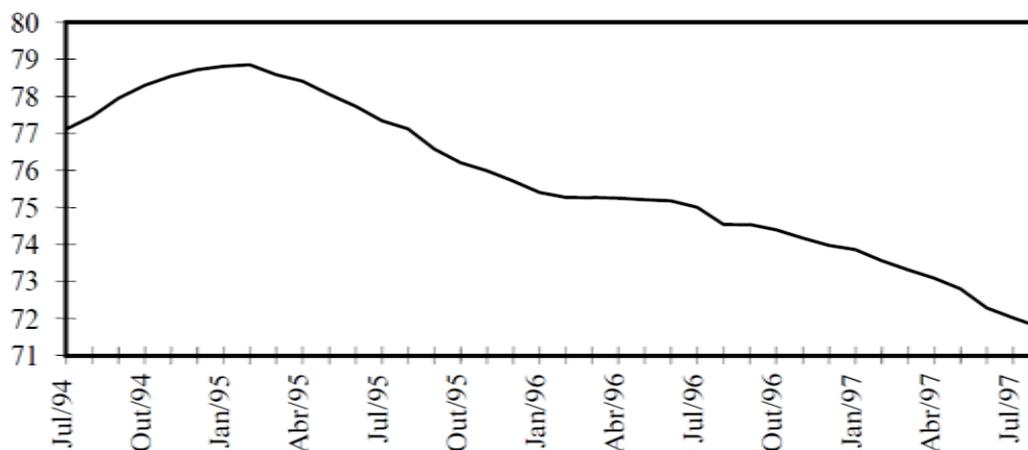
Fonte: PME

Média móvel centrada de 12 meses – Base: Jun/90=100

A reconfiguração da demanda por trabalho promoveu o deslocamento de mão-de-obra entre os diferentes setores da economia. Reis (1999) utiliza índices de dispersão para identificar a incidência de choques setoriais na economia, estimando o impacto destes choques sobre a taxa de desemprego. Os resultados indicam que o processo de transição dos trabalhadores de um setor para outro conta com uma capacidade limitada

de ajustamento, gerando um aumento de desemprego durante esse período de adaptação às novas condições do mercado. Ainda entre os resultados do estudo, consta a observação de que nos anos oitenta e no início dos anos noventa, o índice de dispersão foi capaz de explicar aproximadamente 40% das flutuações ocorridas na taxa de desemprego. O aumento do desemprego a partir de 1995, no entanto, não pode ser atribuído ao índice de dispersão e, segundo o autor, é explicado pela menor flexibilidade do salário real observada após a estabilização da economia (conforme já foi discutido no Capítulo 1) e pelas “próprias mudanças estruturais causadas pelas transformações da economia no início da década, com o aumento da demanda por trabalho mais qualificado”¹³. O choque tecnológico afetou o setor industrial com maior intensidade e de forma negativa, em relação à demanda por mão-de-obra. Essa diferença no impacto das mudanças em relação aos outros setores da economia levou a indústria a dispensar trabalhadores, que conseqüentemente foram atraídos para diferentes áreas de atuação. O processo de aprendizado sobre novas ocupações se deu de forma mais penosa nesse cenário em especial, uma vez que surgiam novos empregos até então desconhecidos, com exigências de qualificações até então raras ou inexistentes.

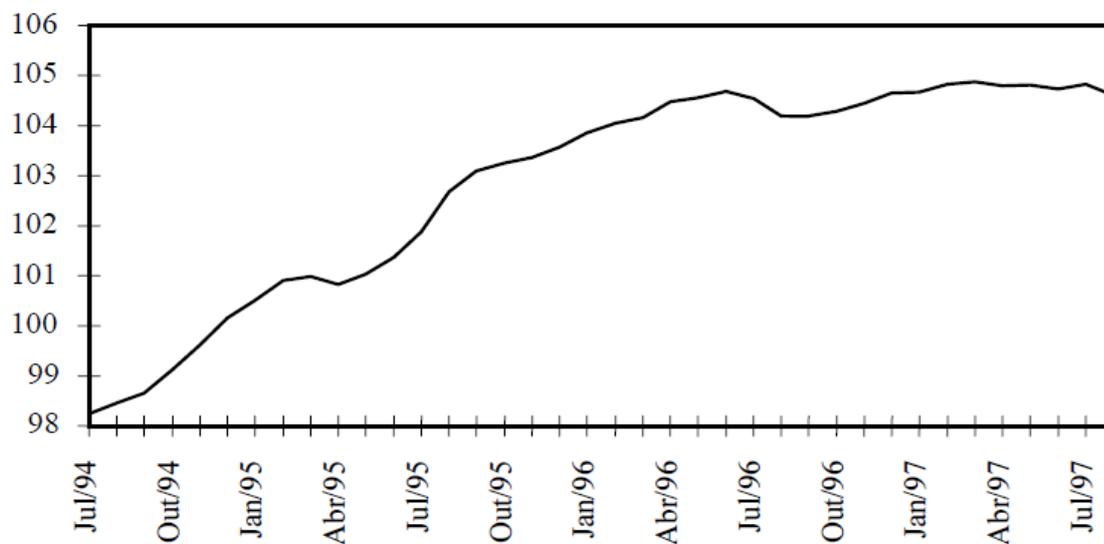
Figura 9 – Emprego na indústria entre 1994-97



Fonte: PME

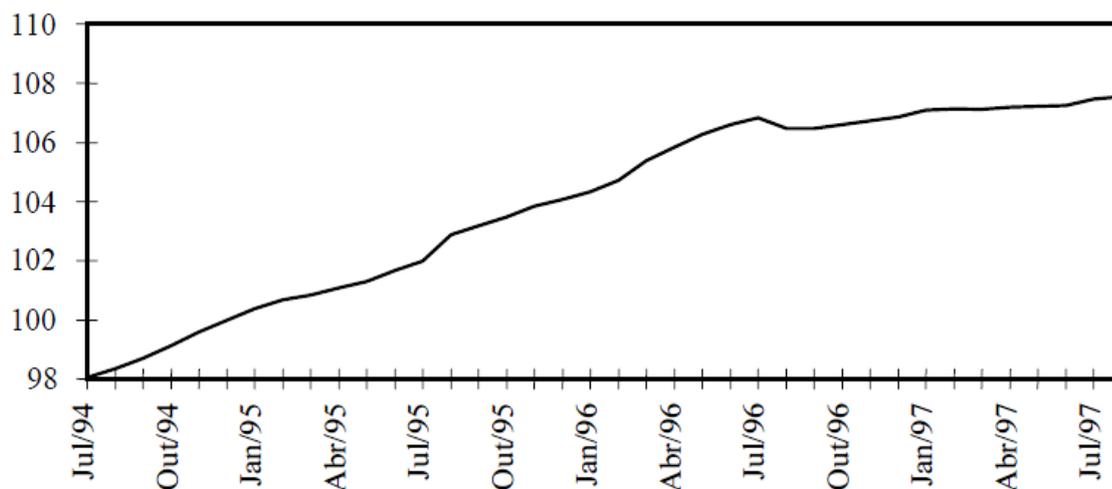
Média móvel centrada de 12 meses – Base: Jun/90=100

¹³ REIS, M. C.. “*Choques setoriais e desemprego no Brasil*”. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Economia, 1999 (Tese de Mestrado).

Figura 10 – Emprego nos serviços 1994-97

Fonte: PME

Média móvel centrada de 12 meses – Base: Jun/90=100

Figura 11 – Emprego no comércio 1994-97

Fonte: PME

Média móvel centrada de 12 meses – Base: Jun/90=100

O surgimento de novos postos e a extinção de postos tradicionais promoveram uma mudança estrutural na oferta de empregos no Brasil. Com novas carreiras disponíveis, é natural que a rotatividade de alguns profissionais se eleve pelo menos temporariamente, durante um período no qual há a busca, por parte do trabalhador, da carreira mais adequada às suas aptidões, bem como da melhor empresa para se

trabalhar. Neal (1998) utiliza a idéia proposta por Parnes (1954) sobre a complexidade das mudanças de emprego, onde a busca por trabalho divide-se em dois estágios: primeiramente o trabalhador procura a melhor ocupação para ele, isto é, a carreira mais adequada; e apenas em seguida, a procura passa ser por um empregador dentro desta primeira escolha feita. Em sua pesquisa, Parnes (1954) dedica muita atenção à questão do que ele chama de “complexidade” da mobilidade de mão-de-obra. Por esta terminologia, ele determina como mudanças simples de emprego, aquelas em que o indivíduo mantém-se na mesma ocupação, passando apenas a trabalhar para outro empregador. Já as mudanças complexas ocorrem quando o indivíduo muda não só de empregador, mas também de carreira. Utilizando dados da National Longitudinal Survey of Youth (NLSY) de 1979 a 1992, Neal (1998) constata que há uma correlação negativa entre idade e complexidade na mobilidade profissional, com mais da metade das mudanças de emprego realizadas por indivíduos jovens envolvendo tanto movimentos entre setores da economia, quanto uma mudança na ocupação. O estudo aponta para a importância da compreensão da mobilidade como um processo onde os trabalhadores aprendem não só a respeito das firmas, mas também sobre suas aptidões relativas para diferentes tipos de trabalho. Conforme já ressaltado, o aprendizado sobre carreiras novas no mercado é mais penoso devido à menor quantidade de informações disponíveis sobre cargos que antes não existiam. Da mesma forma, a qualificação, isto é, a obtenção do capital humano específico necessário para que se possam desempenhar as funções envolvidas, também é mais custoso para as novas profissões.

Os choques tecnológicos provocados pela abertura da economia constituíram, por tanto, um fator que levou muitos trabalhadores a ingressar na busca por novas ocupações. Como descreve Reis (2006), “as mudanças na demanda relativa por trabalho qualificado parecem ter desempenhado um papel importante para as trajetórias do desemprego relativo”. Enquanto parte dos postos disponíveis estavam nos setores de serviços e comércio, a indústria apresentava novas vagas de emprego adequadas à estrutura produtiva que passava por um processo de modernização. Desta forma, uma vez saturada a capacidade de absorção de mão-de-obra no comércio e nos serviços, o reequilíbrio entre demanda e oferta de trabalho só poderia se dar pelo aumento na qualificação da força de trabalho no país.

Após a ocorrência de um choque setorial, os movimentos de mão-de-obra entre os diferentes setores da economia se abrandam conforme as distorções friccionais são corrigidas pela realocação dos trabalhadores. Conforme observado por Reis (1999) e já mencionado no presente estudo, a resiliência do desemprego industrial partir de 1995 não se explica mais por estes movimentos entre setores, mas sim pelas mudanças estruturais a que foi submetida a economia brasileira. Como evidência da defasagem qualitativa entre a força de trabalho brasileira e a mão-de-obra demandada pela nova estrutura produtiva da indústria, cabe observarmos que os trabalhadores mais velhos qualificados foram mais severamente afetados pelo desemprego no período, como mostra a Tabela 2¹⁴. A constatação indica que o capital humano específico adquirido por esses indivíduos não tinha mais valor na indústria. O fato de que, entre os jovens, os mais beneficiados foram justamente aqueles com mais anos de estudo complementa o raciocínio, sugerindo que os novos entrantes na força de trabalho estavam se qualificando mais adequadamente às novas tecnologias produtivas.

Tabela 2 – Taxa de desemprego por qualificação e faixa etária

Ano\ Idade	Entre 24 e 38 anos			Entre 39 e 53 anos			54 anos ou mais		
	Não-qualificados	Semi-qualificados	Qualificados	Não-qualificados	Semi-qualificados	Qualificados	Não-qualificados	Semi-qualificados	Qualificados
81	4,46	4,82	3,38	2,87	2,37	0,99	2,18	1,59	0,80
84	4,15	5,35	3,55	2,59	2,36	0,91	1,76	1,46	0,28
87	3,57	4,32	3,08	2,21	1,90	0,96	1,17	0,85	0,28
90	4,45	4,85	3,08	2,18	2,50	1,15	1,34	0,91	1,49
93	7,52	7,82	5,20	4,75	4,30	2,38	2,86	2,34	2,09
96	8,49	8,36	5,51	5,84	5,38	3,26	5,23	3,69	2,76
99	12,51	11,34	8,41	8,20	7,34	4,75	5,45	5,76	5,31
Δ (1999:1981)	8,05	6,53	5,03	5,32	4,96	3,76	3,28	4,17	4,51

Fonte: Construída com base nos dados das PNAD's para indivíduos com idade entre 24 e 68 anos, residentes nas áreas urbanas

Ao observarmos a evolução da participação de cada grupo de qualificação no total dos rendimentos, podemos confirmar que não somente a demanda por profissionais qualificados aumentou, mas a oferta, inicialmente, não foi capaz de acompanhar o movimento com a mesma magnitude. Como mostra a Tabela 3, entre 1990 e 1999 essa

¹⁴ Os trabalhadores são classificados com não-qualificados (até 3 anos de estudo), semi-qualificados (de 4 a 10 anos de estudo) ou qualificados (11 ou mais anos de estudo). Tabela retirada de REIS, M. C..

“Mudanças no desemprego por nível de qualificação durante a década de noventa no Brasil”. PUC-Rio, Departamento de Economia, 2004 (Tese de Doutorado).

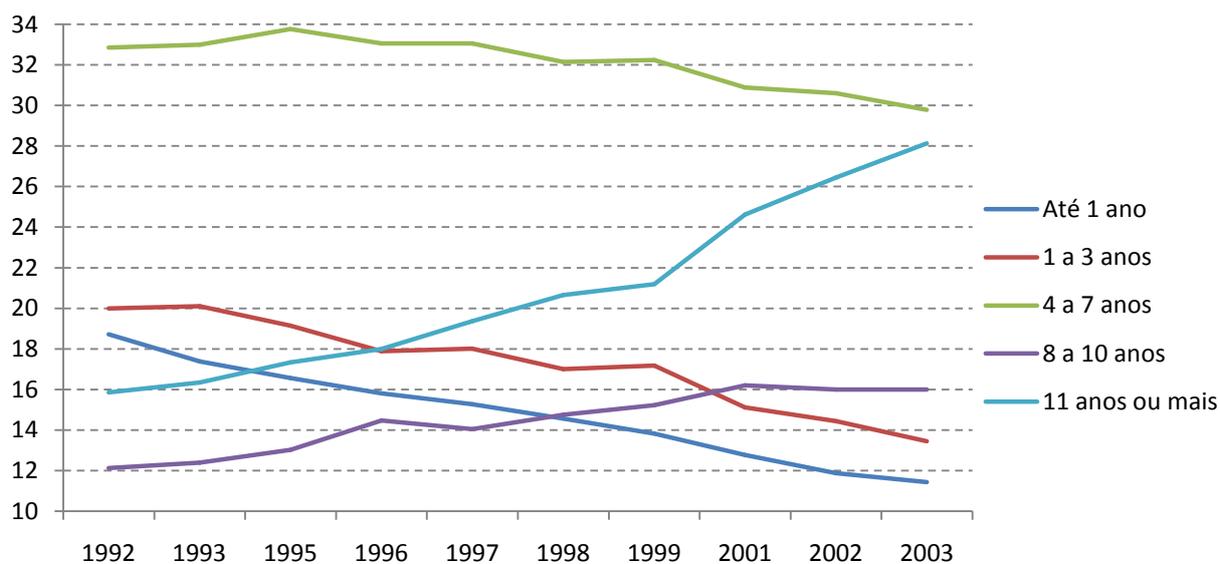
participação diminuiu para os trabalhadores com até 7 anos de estudo (com uma redução bastante expressiva para a faixa de 4 a 7 anos), enquanto que para aqueles com pelo menos 11 anos, a variação foi claramente discrepante: 5,73%.

Tabela 3 – Participação no total de gastos com os rendimentos do trabalho principal (%) por nível de qualificação

Ano	Nenhum ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 7 anos	Entre 8 e 10 anos	11 anos ou mais
1990	3,91	8,02	22,79	12,07	53,21
1991	4,26	8,02	22,61	12,66	52,46
1992	4,65	8,02	22,41	13,26	51,66
1993	3,81	7,48	21,57	12,63	54,50
1994	3,74	7,19	21,46	12,68	54,93
1995	3,68	6,90	21,35	12,73	55,34
1996	3,68	6,60	20,48	13,87	55,36
1997	3,29	6,57	19,43	13,25	57,46
1998	3,17	5,98	18,79	13,08	58,99
1999	3,12	5,86	18,87	13,20	58,94
Varição entre 90 e 99 (%)	-0,79	-2,16	-3,92	1,13	5,73

Fonte: construído com base nos dados das PNADs de 1990 a 1999. A amostra inclui indivíduos entre 25 e 64 anos, residentes nas áreas urbanas.

Figura 12 - Homens ocupados por anos de estudo



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Elaboração do autor

3.2. INFRA-ESTRUTURA E AS PRIVATIZAÇÕES

As privatizações também tiveram um efeito direto sobre a demanda por mão-de-obra: além de possibilitar que as empresas privatizadas se beneficiassem da abertura econômica, a gestão privada dessas companhias foi capaz de reduzir suas folhas de pagamento, promovendo assim enormes cortes de custos. Mesmo que não tivesse havido a abertura econômica, era natural que ocorresse uma contração na disponibilidade de vagas nessas empresas apenas com o processo de desestatização, uma vez que as estatais empregam habitualmente um número excessivo de funcionários. Uma simples comparação dos números relativos a algumas empresas antes e depois da privatização não deixa dúvidas sobre a melhora de eficiência ocorrida. A constatação de Pinheiro e Giambiagi (1992) expressa bem os contrastes:

A reestruturação das siderúrgicas estatais em 1990, por exemplo, levou a uma redução de 6% em seu quadro de pessoal; no caso da CSN, Açominas e Cosipa, o total de empregados caiu de 58.807 em 1989 para 43.016 no primeiro semestre de 1992, enquanto a produção diária de aço bruto aumentou 5%. [PINHEIRO, A.C.; GIAMBIAGI, F.(1992). As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.22, n.2, p.252]

Observamos, por tanto, que não apenas o número de empregados foi reduzido como também a produtividade aumentou consideravelmente. Neste ponto observa-se o efeito conjunto da redução nos custos com mão-de-obra, propiciada pelo programa de desestatização, e da modernização da estrutura produtiva, conseqüência direta da importação de novas tecnologias que foram, então, incorporadas ao desenvolvimento organizacional destas empresas. Oliva (2002) sintetiza esses movimentos ao mostrar que a diminuição da quantidade de trabalhadores empregados, juntamente com os investimentos feitos em avanços tecnológicos, permitiu que essas companhias tivessem uma elevação global na produtividade da ordem de 47% em termos de tonelagem/homem/ano, entre os anos de 1993 e 1997. Segundo o estudo, “o grande salto qualitativo no aperfeiçoamento das rotinas administrativas foi conseguido por todas as áreas de recursos humanos com a informática”. Vale ressaltar que boa parte da ineficiência relativa da gestão estatal advém da existência de outros objetivos importantes para o governo, que não apenas a rentabilidade da empresa. As atividades

de muitas companhias atendem a desígnios políticos ou sociais, objetivando o controle da inflação, aumento do emprego e outras agendas alheias ao principal interesse de qualquer acionista privado: o lucro.

As privatizações tiveram, portanto, enorme importância na otimização dos processos e da gestão de pessoal das empresas. Não obstante, seu impacto na economia brasileira vai muito além das questões internas das firmas, estendendo-se também ao âmbito setorial, com externalidades positivas sobre toda a economia: considerando-se o fato de que muitas das empresas estatais controlavam setores estratégicos da economia, a baixa eficiência do governo como investidor prejudicava não apenas as companhias sob sua gestão, mas criavam gargalos na cadeia produtiva que constituíam um limitante considerável ao desenvolvimento do país. A situação fiscal do setor público encontrava-se significativamente deteriorada, de modo que a disponibilidade de recursos era insuficiente para o desenvolvimento de uma infra-estrutura que propiciasse o crescimento dos demais setores da economia.

De acordo com [Rigolon e Piccinini \(1997\)](#), a um dado nível de trabalho e capital, a expansão da oferta e a elevação da qualidade da infra-estrutura promovem um aumento do produto total da economia, reduzindo o custo médio dos insumos e gerando maior produtividade dos fatores privados. Com uma produtividade mais elevada, a remuneração dos fatores de produção também se eleva, criando um incentivo para mais investimentos e para a elevação do emprego. A oferta de infra-estrutura compreende energia, transportes, telecomunicações e outros serviços de utilidade pública que encontravam-se sob o controle do Estado e, por isso, consideravelmente atrasados.

O impacto do processo de privatizações representou, portanto, um grande avanço não só para as empresas privatizadas, mas também para todo o resto da economia, uma vez que a intensificação dos investimentos em infra-estrutura se mostra bastante eficaz na promoção do investimento privado e do crescimento da economia como um todo.

Segundo Hirschman (1958), o investimento em Capital Fixo Social é o fator de maior relevância para o desenvolvimento econômico, uma vez que, para que haja investimento nas chamadas atividades diretamente produtivas, é indispensável que haja algum investimento em Capital Fixo Social – especialmente nos países em

desenvolvimento, onde é comum que haja escassez de infra-estrutura pública. Nesses países a produtividade do capital costuma ser comprometida pela existência de gargalos, de forma que a superação desses obstáculos levaria a uma elevação forte e abrupta na produtividade do capital existente.

O conceito de encadeamentos introduzido por Hirschman (1958) também se aplica à análise dos efeitos das privatizações. Segundo a idéia exposta pelo autor, encadeamentos para frente (*forward linkages*) são os estímulos a qualquer atividade que utilize o produto do setor no qual se está investindo, enquanto os encadeamentos para trás (*backward linkages*) operam no sentido oposto, estimulando setores que fornecem os insumos necessários para a atividade desenvolvida. Além de contribuir para a superação dos obstáculos relativos à existência de gargalos de infra-estrutura, as privatizações também impulsionaram o crescimento em setores como os de mineração e siderurgia, ambos com consideráveis encadeamentos para frente.

Como podemos observar na Tabela 4, tanto as receitas quanto as despesas referentes às empresas estatais federais apresentaram uma queda significativa entre 1991 e 1996, indicando desaceleração das operações. As transferências do Tesouro para essas empresas reduzem-se progressivamente, chegando a um nível virtualmente nulo na metade da década.

As necessidades de financiamento do setor público (NFSP) também se beneficiam da desestatização, uma vez que o setor privado assume as dívidas das empresas estatais nesse processo, o que tem como conseqüência uma redução nas despesas com juros por parte do governo. O Brasil calcula a NFSP com base no *Manual on Government Finance Statistics*, elaborado pelo Fiscal Affairs Department do FMI (Fundo Monetário Internacional) em 1986¹⁵. De acordo com o documento, a NFSP consiste na soma do fluxo de financiamento externo líquido, da variação da base monetária e da variação do estoque de saldo da dívida líquida interna do setor público. A instituição determinou em 1991 que, para o caso específico do Brasil, privatizações feitas com papéis da dívida ou em dinheiro não diminuem instantaneamente a NFSP. De qualquer forma, mesmo que

¹⁵ GIAMBIAGI, F. (1997). “Necessidades de financiamento do setor público: bases para a discussão do ajuste fiscal no Brasil - 1991/1999”. BNDES, Texto para Discussão n. 53, Rio de Janeiro: BNDES, maio 1997.

posteriormente, a redução na despesa com juros levará a uma redução na necessidade de financiamento do setor público.

Tabela 4 – Necessidades de Financiamento das Empresas Estatais (% do PIB)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996 ^a
Emp. Estatais Federais (SEST)						
Receitas^b	14,40	13,51	10,69	9,25	7,91	9,02
Operacionais	12,98	12,73	10,09	8,46	7,35	8,10
Não-Operacionais	0,47	0,34	0,26	0,20	0,27	0,51
Outras	0,48	0,31	0,22	0,58	0,28	0,39
Transferências do Tesouro ^c	0,47	0,13	0,12	0,01	0,01	0,02
Despesas Não-Financeiras	13,44	12,28	10,28	8,32	7,46	8,52
Pessoal	2,20	2,25	2,11	1,59	1,44	1,40
Outros Custeios	8,67	7,30	6,08	5,15	4,54	5,19
Investimentos	2,26	2,30	1,69	1,45	1,36	1,66
Outras Despesas de Capital	0,31	0,43	0,40	0,13	0,12	0,27
Ajuste Critério						
Competência/Caixa ^d	-0,04	0,05	-0,12	-0,70	0,04	0,00
Necessid. Operac. de Financ. ^e	-0,35	-0,43	-0,75	-1,17	0,06	-0,07
Empresas Federais ^{f,g}	-1,00	-1,18	-0,53	-1,63	-0,41	-0,50
Emp. Estaduais e Municipais ^h	0,65	0,75	-0,22	0,46	0,47	0,43
Juros Reais Líquidos^e	1,18	0,96	0,79	0,79	0,79	0,40
Empresas Federais ^f	2,09	1,78	0,86	0,02	0,22	0,19
Emp. Estaduais e Municipais ^h	-0,91	-0,82	-0,07	0,77	0,57	0,21
Necessid. Operac. de Financ.^e	0,83	0,53	0,04	-0,38	0,85	0,33
Empresas Federais ^f	1,09	0,60	0,33	-1,61	-0,19	-0,31
Emp. Estaduais e Municipais ^h	-0,26	-0,07	-0,29	1,23	1,04	0,64

Fonte: Secretaria de Política Econômica (SPE).

(-) = Superávit.

^aExclui a receita de privatização da Light.

^bExclui receitas financeiras.

^cSubsídios mais Transferências de capital.

^dO sinal negativo indica redução das necessidades de financiamento.

^eDados apurados pelo Bacen.

^fDados apurados pela Sest.

^gCorresponde à diferença entre as receitas e as despesas não-financeiras das empresas da Sest, diferença essa ajustada para o regime de caixa.

^hDiferença entre o valor informado pelo Bacen para as estatais como um todo e o realizado pela Sest para as empresas federais.

De acordo com Giambiagi (1997), a privatização das estatais municipais e estaduais seria um possível caminho para a redução das NFSP a partir do final da década de noventa, uma vez que estas empresas vinham apresentando resultados sistematicamente deficitários. Já as estatais federais apresentavam desempenho mais positivo, conseguindo em muitos casos ser superavitárias. Sua privatização, entretanto,

continuava sendo necessária para a geração de recursos que se destinassem à redução da dívida líquida do setor público (o que também contribuiria para diminuir as despesas com juros). Conforme observado por Pinheiro e Giambiagi (1992), há um argumento duplo para a defesa dos programas de privatizações como elemento fundamental para o ajuste fiscal: “de um lado, a venda de ativos imobilizados gera uma receita de capital que, *durante o processo de privatização*, pode complementar as receitas correntes e compensar *temporariamente* o déficit nas contas públicas; de outro, pode haver um ganho *permanente* se o processo levar a uma reestruturação de atividades ou de ativos e passivos do setor público de forma que, uma vez concluída a privatização, o seu déficit caia ou seu superávit aumente.” [ver Pinheiro e Giambiagi (1992) p.245]

Como mostra a Tabela 5, grande parte da redução na dívida líquida do setor público na primeira metade da década de noventa se deu pela sucessiva melhora no endividamento das empresas estatais. A dívida líquida dos estados e municípios manteve-se consideravelmente crescente ao longo do período, praticamente dobrando sua participação relativa no montante total. O ano de 1995 foi especialmente ruim para os resultados do Governo Central devido, segundo Giambiagi (1997), ao maior dispêndio com pessoal, transferências constitucionais e benefícios previdenciários. Podemos constatar, ainda na Tabela 3, que o endividamento líquido das estatais pouco se elevou em 1995, contrabalanceando a forte deterioração da dívida dos estados e municípios, e a elevação mais pontual da conta do governo federal e do Banco Central.

Tabela 5 – Dívida líquida do setor público
– US\$ milhões constantes de 31/12/1994

Composição	1991	1992	1993	1994	1995
Governo Federal e BC	71.463	69.165	56.009	56.291	71.474
Estados e Municípios	46.041	59.528	59.726	60.550	71.717
Empresas Estatais	115.670	101.478	90.877	43.182	45.571
Total	233.174	230.171	206.612	160.023	188.762

Fonte: Banco Central

4. CONCLUSÕES

As reformas econômicas promovidas ao longo dos anos noventa surtiram efeitos profundos e duradouros em diversos níveis da sociedade brasileira. As mudanças estruturais consistiram na modernização do parque industrial do país, com a abertura de nossa economia à importação de bens de capital e tecnologias produtivas que proporcionaram consideráveis ganhos de eficiência. As privatizações permitiram que a gestão privada das empresas até então controladas pelo governo fosse capaz de direcionar os recursos destas companhias unicamente para a lucratividade das operações. Assim, reduziu-se ainda mais a demanda por mão-de-obra na indústria.

A situação fiscal do governo, que deteriorava-se desde a década de oitenta, impedia que fossem feitos os investimentos em infra-estrutura necessários ao desenvolvimento da economia como um todo. A carência de serviços de transporte e comunicações, por exemplo, apresentava-se como um considerável gargalo à produtividade no país. As privatizações foram, portanto, um grande avanço na superação deste limitante ao crescimento brasileiro, uma vez que propiciaram a realização de investimentos mais eficientes e em maior quantidade nesses setores estratégicos. Além disso, os recursos levantados com a venda das estatais geraram um alívio significativo no endividamento público, que se tornava uma questão cada vez mais preocupante.

A resultante dessas reformas ocasionou o surgimento de efeitos mais conjunturais, como a migração de um contingente da força de trabalho da indústria para os setores de serviços e comércio. Enquanto o desemprego industrial mantinha-se em trajetória crescente, grande parte dos desempregados do setor ia oferecer seu trabalho nestas outras áreas. Segundo Reis (1999), esse movimento de ajuste se esgotou na metade da década. A partir de então podemos observar que ocorreu uma maior demanda por trabalhadores qualificados. Embora os indivíduos desta classe tenham passado a participar cada vez mais da população economicamente ativa (PEA), a evolução do emprego para eles se deu de forma mais positiva do que para os outros grupos, indicando que o aumento da oferta, ainda que expressivo, foi inferior à demanda por esse tipo de mão-de-obra. A participação de trabalhadores não-qualificados reduziu-se

muito ao longo da década, e justamente por isso a taxa de desemprego para esses indivíduos não apresentou uma queda mais forte.

Constatamos, portanto, que a demanda por trabalhadores qualificados demorou para ser suprida devido à lentidão natural do processo de adequação da força de trabalho às novas qualificações exigidas. O comportamento do emprego para os indivíduos mais velhos com mais de 11 anos de estudo indica que a qualificação nesta faixa etária não atendia as necessidades da indústria então modernizada. O mercado de trabalho iria voltar ao equilíbrio apenas com a entrada de uma nova geração na PEA, movimento que ocorreu de forma gradual e esgotou-se no ano de 2003. Com toda a velha geração de trabalhadores treinados na tecnologia antiga já fora da força de trabalho, a dinâmica da taxa de desemprego é determinada fundamentalmente pelo crescimento da PEA e pela geração de empregos na economia, que por sua vez, depende da taxa e da estrutura de crescimento do PIB.

5. BIBLIOGRAFIA

- AGUAS, Marina F.F. (2011). **“Ensino Profissional e Rendimentos do Trabalho: Uma Análise para o Brasil”**. *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise n° 47*, IPEA.
- AMADEO, E.; BARROS, R.P.; CAMARGO, J.M.; GONZAGA, G.; MENDONÇA, R. **“A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980”**. IPEA, *Série Seminários*, 1994.
- BARROS, R.P.; CAMARGO, J.M.; MENDONÇA, R. (1997). **“A estrutura do desemprego no Brasil”**. IPEA – *Texto para discussão n°478*
- BARROS, R.; CORSEUIL, C.; GONZAGA, G. (1999). **“A evolução da demanda por trabalho na indústria brasileira: Evidências de dados por estabelecimento, 1985–1997”**. *Pesquisa e planejamento Econômico*, 31.
- BENATI, L. (2001). **“Some empirical evidence on the ‘discouraged worker’ effect”**. *Economics Letters*, 70:387–395.
- CAMARGO, José Márcio; Reis, Maurício (2005). **“Desemprego: o Custo da Desinformação”**. *Revista Brasileira de Economia*, v.59, n.3, julho/setembro.
- CARD, D. & HYSLOP, D. (1996). **“Does inflation grease the wheels of the labor market?”** In Romer, C. D. & Romer, D. H., editors, *Reducing Inflation: Motivation and Strategy*. University of Chicago Press.
- FERNANDES, R.; FELÍCIO, F. (2005) **“The entry of wives into the labor force as a response to the husband’s unemployment: an evaluation to Brazil”** *Economics of Development and Cultural Change*, 53(4):887–911.
- GIAMBIAGI, F. (1997). **“A crise fiscal da União: o que aconteceu recentemente?”**. *Revista de Economia Política*, v.17, n.1(65), jan-mar/97.
- GIAMBIAGI, F. (1997). **“Necessidades de financiamento do setor público: bases para a discussão do ajuste fiscal no Brasil - 1991/1999”**. BNDES, Texto para Discussão n. 53, Rio de Janeiro: BNDES, maio 1997.

GONZAGA, G.; REIS, M.C. (2011) **“Oferta de Trabalho e Ciclo Econômico: Os Efeitos Trabalhador Adicional e Desalento no Brasil”**. *Revista Brasileira de Economia*, v.65, n.2/p.127-148

HIRSCHMAN, Albert O. (1958). **“The strategy of economic development”**. Yale University Press, 1965.

JATOBÁ, J. (1994). **“A família brasileira na força de trabalho: Um estudo de oferta de trabalho – 1978/88”**. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, n.24, p.1–34.

LONG, C. (1953). **“Impact of effective demand on the labor supply”**. *American Economic Review, Papers and Proceedings*, n.43, p.458–467.

LAYARD, R., Nickell, S.; Jackman, R. (1991). **“Unemployment: Macroeconomic Performance and the Labour Market”**, Oxford University Press

MANACORDA, M.; Petrongolo, B. (1999). **“Skill Mismatch and Unemployment in OECD Countries”**. *Economica*, 66.

NEAL, Derek. **“The Complexity of Job Mobility among Young Men.”** *Journal of Labor Economics*, April 1999, (17), pp. 237-261.

NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício (2000). **“Mercado de trabalho nos anos 90: Fatos estilizados e interpretações”**. *IPEA, Texto para discussão n°743*.

OLIVA, Eduardo C. (2002). **“A privatização de empresas siderúrgicas brasileiras: reflexos na gestão de recursos humanos”**. *Revista de Administração Contemporânea*, v.6, n.1 Curitiba Jan./Apr. 2002

PINHEIRO, A.C.; GIAMBIAGI, F. (1992) **“As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor”**. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. v.22, n.2/p241-288.

REIS, M. (1999), “**Desemprego e Dispersão Setorial do Emprego no Brasil**”, dissertação de mestrado, Departamento de Economia, PUC-Rio

REIS, M. C.. “**Mudanças no desemprego por nível de qualificação durante a década de noventa no Brasil**”. *PUC-Rio, Departamento de Economia, 2004 (Tese de Doutorado)*.

STEPHENS, M. (2002). “**Worker displacement and the added worker effect**”, *Journal of Labor Economics, 20(3):504–537*.

TOPEL, R. H. & WARD, M. P. (1992). “**Job mobility and the careers of young men. The Quarterly**”. *Journal of Economics, 107(2):439–79*.